

A presente deliberação deve ser notificada à sociedade Sanofi-Synthelabo — Produtos Farmacêuticos, S. A.

3 de Janeiro de 2005. — Pelo Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel Neves Dias*, vogal.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

Deliberação n.º 89/2005. — Por deliberação de 29 de Dezembro de 2004 do conselho directivo:

Lia Isabel Coelho Ribeiro, assistente administrativa do quadro de pessoal deste Centro — autorizada a reclassificação profissional na categoria de técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, com efeitos a partir de 17 de Setembro de 2004, nos termos do disposto nos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com a alínea a) do n.º 2 do artigo 128.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro de 2005. — A Chefe de Divisão do Gabinete de Gestão de Pessoal, *Maria Vitória Costa*.

Despacho n.º 1974/2005 (2.ª série). — *Subdelegação de poderes e assinatura.* — 1 — No uso da faculdade que me é conferida pelo despacho n.º 21 055/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 253, de 31 de Outubro de 2003, subdelego na chefe de divisão de Apoio Geral licenciada Maria Filomena Carriço Silva, sem prejuízo do poder de avocação, a competência para:

1.1 — Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços até ao montante de € 1250;

1.2 — Aprovar, com o meu prévio conhecimento, os planos de férias dos funcionários e agentes do respectivo serviço, bem como autorizar o gozo de férias antes da publicação dos planos de férias e de férias interpoladas;

1.3 — Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, desde que não envolvam pagamento de horas extraordinárias.

1.4 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente da Divisão de Apoio Geral.

2 — A presente subdelegação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

12 de Janeiro de 2005. — A Directora de Serviços, *Emília Doroteia Marques Martins de Melo Correia*.

Instituto da Segurança Social, I. P.

Despacho n.º 1975/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2005, proferido no exercício de competência delegada pelo conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., nomeio definitivamente, na categoria de assistente administrativo principal da carreira administrativa, no quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social do Algarve, após concurso interno de acesso misto, Teresa Rodrigues Teodoro, Nuno Filipe Gonçalves Diogo, Hugo Rodolfo Gomes de Sousa Maia Mendes, Maria do Rosário Fonseca Mendonça Lourenço, Idalécia Libânia Reis Fantasia Aleluia, Andreia Isabel Martins dos Santos, Anabela do Nascimento Botelho, Ana Bela Agostinho Menau Pereira, Maria Fernanda Barcelos Martins Fernandes, Paula Maria Romão Santos, Maria da Conceição Gonçalves Lopes Maurício, Dina Maria Candeias Estevêns Amaro Ferreira, do mesmo quadro de pessoal, Daniela Maria Paixão Patrão Soares, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação do Algarve, Sérgio Paulo Gomes de Passos, do quadro de pessoal do Ministério da Defesa Nacional, e Esmeralda Maria Sousa Santos Costa, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Educação do Algarve, ficando exonerados dos lugares anteriores a partir da data de aceitação no novo lugar. (Não carece de fiscalização prévia.)

17 de Janeiro de 2005. — A Vogal do Conselho Directivo, *Madalena Oliveira e Silva*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Setúbal

Aviso n.º 750/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, notificam-se os candidatos admitidos ao concurso interno de acesso misto para o provimento de 127 lugares na categoria de assistente administrativo especialista, da carreira administrativa, grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal do ex-Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 9 de Janeiro de 2004, de que a lista de classificação final, homologada por despacho de 28 de Dezembro de 2004 pela vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., se encontra afixada nas instalações dos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa, Santarém e Setúbal.

Mais se informa que, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do diploma acima referido, da homologação da lista de classificação final cabe recurso hierárquico, a interpor no prazo de 10 dias úteis para o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança.

13 de Janeiro de 2005. — A Presidente do Júri, *Maria de Lourdes dos Santos Teixeira Rodrigues Albino*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Vila Real

Aviso n.º 751/2005 (2.ª série). — Por despacho de 28 de Dezembro de 2004 da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., responsável pelo pelouro de recursos humanos:

Agostinho Rio Costa, técnico profissional de 1.ª classe — nomeado nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em regime de comissão de serviço extraordinária, por um período de um ano, na categoria de técnico de 2.ª classe, estagiário, da carreira técnica. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2005. — O Director, *Narciso N. Gomes*.

Aviso n.º 752/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Janeiro de 2005 da vogal do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., responsável pelo pelouro de recursos humanos:

José Rui Rodrigues Teixeira, assistente administrativo principal — nomeado nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em regime de comissão de serviço extraordinária, por um período de um ano, na categoria de técnico de 2.ª classe, estagiário, da carreira técnica. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro de 2005. — O Director, *Narciso N. Gomes*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção-Geral de Transportes Terrestres

Aviso n.º 753/2005 (2.ª série). — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho do director-geral de Transportes Terrestres de 30 de Dezembro de 2004, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte à data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de três vagas de assessor da carreira técnica superior, do quadro permanente desta Direcção-Geral, aprovado pela Portaria n.º 417/95, de 9 de Maio, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 141/2001, de 24 de Abril.

2 — O presente concurso é válido apenas para o preenchimento das referidas vagas e caduca com o seu provimento.

3 — Compete genericamente ao assessor prestar assessoria de natureza científico-técnica, exigindo um elevado grau de qualificação e responsabilidade e iniciativas nas áreas das atribuições da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, elaborando pareceres, orientando